

GUERRA COGNITIVA NAS REDES SOCIAIS: AMEAÇAS, DESAFIOS E IMPLICAÇÕES PARA A SOCIEDADE



<https://doi.org/10.56238/arev7n3-240>

Data de submissão: 24/02/2025

Data de publicação: 24/03/2025

Vinícius Marques da Silva Ferreira

Doutoramento em Engenharia de Produção
Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ
Correio eletrônico: vinicius.ferreira@pep.ufrj.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3664-3510>

Carlos Alberto Nunes Cosenza

Doutoramento em Engenharia de Produção
Universidade Federal de Santa Catarina, PPGEP/UFSC
Correio eletrônico: cosenza@pep.ufrj.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2911-6184>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8408511964332556>,

Alfredo Nazareno Pereira Boente

Doutoramento em Engenharia de Produção
Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ
Correio eletrônico: boente@nce.ufrj.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2718-4917>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7741044822342404>

Kilmer Pereira Boente

Doutoranda em Engenharia de Produção
Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ
Correio eletrônico: kilmerboente@ufrj.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6949-9053>

Renata Miranda Pires Boente

Doutoranda em História das Ciências e Técnicas e Epistemologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro, HCTE/UFRJ
Correio eletrônico: renata@hcte.ufrj.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7856-5691>

Ana Maria dos Santos Vianna

Doutoranda em História das Ciências e Técnicas e Epistemologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro, HCTE/UFRJ
Correio eletrônico: anamariavianna@ufrj.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4126-8682>

Eduardo Luiz Pareto

Mestrado em Ciência da Computação
Universidade Federal do Rio de Janeiro, NCE/UFRJ
Correio eletrônico: epareto@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9854-6663>

José Mauro Batista Bianchi

Mestrado em Engenharia de Transportes
Instituto de Engenharia Militar, PPGT/IME
Correio eletrônico: jose.mauro.bianchi@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2689-411X>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2736743448771232>

RESUMO

O artigo analisa a relevância das redes sociais digitais no campo da Ciência da Informação, analisando seus impactos em outras esferas da sociedade. Além de serem espaços de interação e produção de conteúdo, essas plataformas exercem influência significativa na disseminação de informações e na construção de narrativas contemporâneas. No entanto, a sua amplitude e alcance também os tornam suscetíveis à propagação de desinformação e notícias falsas. A pesquisa explora conceitos fundamentais como guerra cognitiva, guerra híbrida e guerra narrativa, destacando estratégias que combinam elementos psicológicos, comunicacionais e tecnológicos para moldar percepções e influenciar comportamentos. Estas táticas, amplamente utilizadas em contextos políticos e sociais, representam desafios crescentes para a democracia, a privacidade e a segurança digital. O estudo adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, buscando compreender como esses fenômenos impactam a sociedade e quais estratégias podem ser adotadas para mitigar seus efeitos. Os resultados evidenciam a necessidade de mecanismos regulatórios e práticas educativas que promovam o pensamento crítico e a verificação da informação, fortalecendo a resiliência da sociedade frente a essas novas formas de manipulação.

Palavras-chave: Redes sociais digitais. Guerra cognitiva. Guerra híbrida. Guerra narrativa. Fakenews.

1 INTRODUÇÃO

De fato, é fundamental analisar o sucesso conceitual das redes sociais digitais à luz da Ciência da Informação, considerando sua relevância e contribuição científica para a pesquisa neste campo contemporâneo.

Atualmente vemos que as redes sociais digitais nos levam a comparar sua onipresença e refletir sobre a crescente ocupação de espaço nos debates acadêmicos, na mídia, nas instituições privadas e públicas, bem como no senso comum social. Portanto, a definição de rede é inerente ao ser humano, pois é uma condição natural e consequentemente o leva a se encontrar com o próximo, estabelecendo laços de amizade, relações profissionais e relações de interesse que se estendem e mudam ao longo do tempo. É possível perceber que a informação e o conhecimento estão presentes em todas as esferas, aspectos e áreas, considerados fundamentais tanto do ponto de vista profissional quanto acadêmico, quando modificados pelas ações de atores ou indivíduos. Tornando-se uma competência altamente valorizada, possibilitando o crescimento e desenvolvimento socioeconómico que incentivam o progresso, sendo estes recursos essenciais para a composição e manutenção das redes sociais digitais.

Sabemos também que, por consenso, os jornais e editores impressos e digitais têm consciência de publicar eventos diários e autenticar a divulgação de notícias. No entanto, a natureza das redes sociais ou das redes sociais digitais é diferente da mídia tradicional, pois é dinâmica, interativa e permite aos atores ou indivíduos autonomia para produzir conteúdo para divulgação digital, mas eles não são responsabilizados pelo conteúdo. Assim, a veracidade permanece questionável nas plataformas de mídia social ou mídia digital. No entanto, os indivíduos nos meios de comunicação tradicionais não dispõem de instrumentos para monitorizar ou controlar a difusão dos conteúdos.

A manifestação de desinformação e a disseminação de notícias falsas não é um evento do século 21. Ao analisar períodos históricos sociais no mundo, podemos ver que tal acontecimento é inerente à comunicação humana, uma vez que o fenômeno desses canais, através de jornais impressos, rádio e televisão, já eram responsabilizados por causar o efeito da desinformação quando se popularizaram. No século 20, com a introdução da Internet, a velocidade de propagação da informação aumentou ainda mais a velocidade com que os relatórios se multiplicam, comprometendo a verificação das fontes e a confiabilidade dos fatos, o que fomenta um ambiente em que a sensação de "anonimato ou ocultação" nas redes sociais permite a promoção de comportamentos sociais de manada, espalhar notícias sem verificação.

Segundo Rais (2018), o conceito de fake news se baseia em três elementos essenciais: dolo, falsidade e dano. No entanto, muitas vezes temos que lidar com dados e informações que naturalmente não podem ser especificados por valores numéricos precisos e, além disso, é necessário ter a

capacidade de analisá-los para tomar decisões ou conduzir um estudo de caso com mais precisão. Essas informações, apesar de escaláveis, envolvem um certo grau de interpretação e ações movidas pela subjetividade, ou seja, admitem discordâncias entre indivíduos de um grupo, ambiguidades, inconsistências, relativizações, incertezas e a influência de valores socioeconômicos e culturais, incorrendo em efeitos coletivos em redes que revelam divergências internas e externas.

A crescente relevância das redes sociais digitais na sociedade contemporânea tem revisitado uma série de desafios relacionados à disseminação de informações e à construção de narrativas. Neste contexto, surgiram conceitos como Guerra cognitiva, guerra híbrida e guerra narrativa, com um impacto significativo na dinâmica social e política, uma vez que Guerra cognitiva, guerra híbrida e guerra narrativa são conceitos relacionados, mas têm diferentes ênfases e abordagens no contexto dos conflitos contemporâneos.

A guerra cognitiva, a guerra híbrida e a guerra narrativa são fenômenos complexos que têm vindo a crescer nas últimas décadas, impulsionados pela intersecção entre ciência, tecnologia e sociedade. Esses termos descrevem estratégias de conflito que vão além das abordagens tradicionais de guerra, incorporando elementos de psicologia, comunicação, tecnologia e cibernetica para influenciar as opiniões, crenças e comportamentos das pessoas. A utilização destas estratégias nas redes sociais tornou-se particularmente evidente e preocupante.

2 METODOLOGIA

Este estudo considera uma abordagem qualitativa, centrada na análise de documentos e fontes bibliográficas, com o objetivo de investigar as dinâmicas e implicações da Guerra Cognitiva nas redes sociais, particularmente em relação a ameaças, desafios e implicações para a sociedade. A pesquisa usa como exemplo e parte de um exame detalhado das táticas de manipulação e influência usadas pelos governos da Rússia e da China nas mídias sociais digitais, bem como as implicações do acordo bilateral assinado entre esses dois países em 4 de fevereiro de 2022, que estabeleceu a multipolaridade como um novo posicionamento geopolítico global (Jochheim, 2022).

Além disso, o estudo examina como os Estados e outros atores estratégicos usam a informação como ferramenta de poder e influência, com o objetivo de fornecer diretrizes para o planejamento militar e preparar as instituições de defesa para eventos futuros, garantindo assim uma vantagem estratégica em possíveis conflitos. A análise também abrange o papel de atores não estatais, como a Cambridge Analytica, que usou estratégias de publicidade direcionadas aos usuários do Facebook para fins políticos, a fim de compreender melhor a dinâmica das operações cognitivas no contexto de guerras híbridas.

Para a realização da análise, foram utilizadas fontes secundárias, como artigos acadêmicos, livros, relatórios de instituições de pesquisa e documentos oficiais, com o objetivo de desenvolver uma ampla visão geral das táticas e estratégias aplicadas na Guerra Cognitiva nas redes sociais.

3 GUERRA COGNITIVA NAS REDES SOCIAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO CONTEXTO DIGITAL

A guerra cognitiva nas redes sociais representa um campo de batalha virtual onde a informação é usada estrategicamente para influenciar percepções e comportamentos, moldando o cenário digital em favor de certos atores, sejam eles Estados, organizações ou indivíduos. Este fenômeno expandiu-se com os avanços tecnológicos e a ubiquidade das plataformas digitais, causando implicações significativas para a sociedade, a política e a segurança.

A manipulação da informação nas redes sociais, distorcendo a realidade e espalhando narrativas falsas, tem consequências sociais significativas. Esse fenômeno influencia a opinião pública, intensifica as divisões sociais e compromete o debate público, afetando o processo democrático e favorecendo a radicalização e a polarização.

Figura 1 - Guerra Cognitiva nas Redes Sociais.



Fonte: DALL-E, 2025.

Na esfera política, as redes sociais tornaram-se arenas estratégicas para disputas políticas, com a guerra cognitiva sendo usada como ferramenta para interferir em eleições, manipular agendas políticas e desestabilizar governos. Exemplos disso são o uso de perfis falsos, bots e campanhas de desinformação que visam moldar a percepção dos eleitores, influenciar seus votos e, consequentemente, os resultados eleitorais.

Além disso, no contexto da segurança, o uso da Guerra Cognitiva como ferramenta nas redes sociais pode ser utilizado para disseminar informações falsas que comprometam a segurança nacional, como no caso das fake news que visam desacreditar as instituições de defesa e segurança, uma vez que a manipulação da informação também pode ser utilizada como estratégia para semear o caos, desestabilizar as sociedades e atingir objetivos geopolíticos.

A modernidade proporcionou ampla integração digital, conectando pessoas em uma rede global de informações e interações sociais. No entanto, este ambiente virtual tornou-se também um campo de batalha cognitivo, onde vários atores procuram influenciar percepções e comportamentos para alcançar os seus objetivos. A guerra cognitiva nas redes sociais, travada por nações como a Rússia e a China, bem como por atores privados como a Cambridge Analytica, representa uma ameaça significativa à democracia, à privacidade e à segurança no espaço digital.

A tradição russa de exercer poder e influência, como demonstrado por suas operações de mídia social durante as eleições presidenciais dos EUA de 2016, procura minar a ordem global liderada pelos EUA e favorecer candidatos alinhados com seus interesses geopolíticos (ICA, 2017). De acordo com a NATO (2021), a Estratégia de Segurança Nacional da Rússia, assinada por Vladimir Putin em 2021, apresenta uma visão de um mundo interligado em que os campos de batalha se estendem tanto ao ambiente interno como externo dos Estados.

Ao mesmo tempo, a China procura melhorar as suas capacidades em guerra cibernética, guerra eletrônica e guerra psicológica através de uma estratégia de "informatização" das suas forças armadas. A integração dos avanços na ciência do cérebro, inteligência artificial e biotecnologia visa fortalecer o poder militar chinês face à crescente complexidade das operações militares (Xinhua, 2017; Hangui, 2016).

A guerra cognitiva é caracterizada pelo uso de informações e desinformação para moldar opiniões, crenças, percepções e comportamentos. O caso Cambridge Analytica nas eleições norte-americanas de 2016 é um exemplo emblemático, em que dados privados de utilizadores do Facebook foram usados para influenciar o voto a favor de Donald Trump (Claverie e Du Cluzel, 2022).

As implicações da guerra cognitiva nas redes sociais são profundas e exigem uma resposta coordenada entre governos, empresas tecnológicas e sociedade civil, bem como a preservação da integridade do espaço digital e a proteção dos valores fundamentais da democracia são imperativas face a este fenômeno complexo e impactante.

A Organização das Nações Unidas (ONU) tomou uma posição sobre este desafio, como exemplificado pela Declaração sobre Liberdade de Expressão, Fake News, Desinformação e Publicidade (OSCE, 2017). Esta declaração reafirma a necessidade de um esforço conjunto entre vários

intervenientes, incluindo intermediários, meios de comunicação social, sociedade civil e academia, para compreender e combater a desinformação. Além disso, o documento desaprova as tentativas de alguns Estados de impor restrições e controles às tecnologias digitais e pressionar terceiros a adotar medidas restritivas de conteúdo.

A guerra cognitiva nas redes sociais é, portanto, um fenômeno complexo e desafiador que exige uma ação coordenada e integrada de vários atores para mitigar seus impactos negativos e preservar os valores democráticos e a integridade do espaço digital. A responsabilidade recai sobre os governos, as empresas tecnológicas, a sociedade civil e as organizações internacionais, que devem trabalhar em conjunto para enfrentar este desafio e proteger os direitos fundamentais dos cidadãos na era digital.

Para abordar este fenômeno, é necessária uma abordagem multidisciplinar que envolva a cooperação entre governos, empresas tecnológicas, sociedade civil e academia. Entre as medidas essenciais contam-se a promoção da educação digital e da literacia mediática, a implementação de mecanismos de verificação de factos, a regulamentação dos algoritmos e a melhoria da cibersegurança.

4 GUERRA COGNITIVA VS GUERRA HÍBRIDA

Para evitar a guerra tradicional e implantações militares, o campo de batalha e a forma de lutar mudaram desde o final da Segunda Guerra Mundial. Na verdade, a guerra cognitiva e a guerra híbrida são dois conceitos que se relacionam com formas modernas e não convencionais de conflito, mas têm abordagens diferentes. Aqui está uma comparação desses dois conceitos:

A guerra híbrida refere-se a combinações complexas de conflitos convencionais, irregulares e terroristas, bem como a ações que podem ser levadas a cabo por intervenientes estatais e não estatais, incluindo capacidades convencionais, táticas e formações irregulares, atos terroristas, incluindo violência e coerção indiscriminadas, bem como desordem criminal. Estas ações combinadas exploram vulnerabilidades adversárias. A abstração do termo significa que é usado como um termo genérico para todas as ameaças não lineares.

Um adversário híbrido também pode usar ações secretas para evitar atribuição ou retribuição. Os métodos são usados simultaneamente em todo o espectro de conflito com uma estratégia unificada. É frequentemente utilizado para confundir e perturbar a tomada de decisões adversárias.

A guerra cognitiva é uma estratégia que se concentra em mudar como um público-alvo pensa e, por sua vez, mudar como eles vão agir. Do ponto de vista militar, desestabilizar e influenciar o público-alvo são objetivos fundamentais, uma vez que este fato nos leva a concluir que a Guerra Cognitiva se concentra na manipulação da percepção e do pensamento humano para alcançar objetivos estratégicos. Isto pode ser feito através de desinformação, publicidade, influência psicológica e

operações cibernéticas que afetam a forma como as pessoas percebem e compreendem a realidade. A guerra cognitiva procura controlar o cérebro e os pensamentos, visando a mudança de comportamentos, uma vez que o meio não convencional utiliza ferramentas cibernéticas para alterar o processo cognitivo do adversário, explorando vieses mentais ou pensamentos reflexivos para provocar distorções de pensamento, influenciando a tomada de decisões, prevenindo ações com efeitos negativos, tanto a nível individual como coletivo.

Figura 2 - Guerra Cognitiva vs Guerra Híbrida.



Fonte: DALL-E, 2025.

O conceito de guerra cognitiva pode ser visto como uma combinação das mais recentes técnicas cibernéticas associadas à guerra de informação e os componentes mais amigáveis ao ser humano, juntamente com os aspectos manipuladores das operações psicológicas. Geralmente envolve uma apresentação tendenciosa da realidade, muitas vezes alterada digitalmente, para favorecer os próprios interesses. As novas ferramentas de comunicação oferecem agora infinitas possibilidades, abrindo caminho a novos métodos e novos objetivos.

A guerra cognitiva pode ser entendida como parte integrante da guerra híbrida, influenciando suas estratégias. No entanto, também tem características próprias que permitem que ocorra de forma

independente. O seu impacto pode ser sentido mesmo sem a presença de outros elementos de conflito híbrido.

5 ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DE GUERRA COGNITIVA

De acordo com Ferreira (2024, pp. 10), a guerra cognitiva é uma forma de conflito que se concentra no uso e manipulação de informações com o objetivo de influenciar a percepção e o comportamento de indivíduos, grupos e organizações, pois ao contrário da guerra tradicional, que visa principalmente a destruição física ou a conquista territorial, a guerra cognitiva visa obter uma vantagem estratégica afetando as mentes dos oponentes, alterar as suas decisões e ações, ou seja, visa mudar a forma de agir das pessoas, e esta é uma diferença fundamental em relação a guerras anteriores.

Tabela 1 - Instrumentos de Guerra Cognitiva.

Tópicos	Descrições
Publicidade e Informação Seletiva	Um dos instrumentos mais antigos da guerra cognitiva é a publicidade. A informação é cuidadosamente selecionada e distribuída para influenciar as massas, promover uma agenda ou desacreditar o inimigo. A publicidade pode ser divulgada através de uma variedade de meios, incluindo meios de comunicação tradicionais, redes sociais, panfletos e até educação.
Desinformação e Fake News	A divulgação intencional de informações falsas ou enganosas é utilizada para criar confusão, desorientar a população ou os opositores e influenciar a opinião pública. As notícias falsas são um exemplo moderno dessa prática, reforçada pela velocidade e alcance das redes sociais.
Ciberataques	Os ciberataques podem ser utilizados para roubar informações, realizar espionagem, interromper comunicações ou mesmo manipular dados e sistemas. Tais ataques podem ter efeitos diretos e imediatos ou consequências a longo prazo na percepção e na tomada de decisões.
Guerra Psicológica	A guerra psicológica envolve o uso de técnicas psicológicas para influenciar a moral e o comportamento de um adversário. Isso pode incluir ações como a distribuição de informações desmoralizantes ou a execução de operações destinadas a exacerbar o medo e a incerteza.
Operações de influência	São operações destinadas a mudar percepções e atitudes. Podem ser realizadas de formas mais sutis e estratégicas, muitas vezes através de agentes de influência, relações públicas e diplomacia.
Controlo Narrativo	Controlar narrativas é fundamental para a guerra cognitiva. Isso significa controlar a história que é contada, seja sobre um conflito, uma política ou uma nação. Aqueles que controlam a narrativa podem moldar a percepção da realidade.
Educação e Formação	A educação pode ser vista tanto como um instrumento de guerra cognitiva como como um meio de defesa contra ela. Programas educacionais e de treinamento podem ser usados para fortalecer a resiliência cognitiva contra influências externas.

Fonte: Adaptado de Ferreira, 2024.

A guerra cognitiva está a mudar a forma como fazemos guerra. As disputas pelo poder não estão mais focadas na força militar, mas no desenvolvimento de novas técnicas e novos terrenos. A mente humana é agora considerada o novo domínio da guerra. Isto deve-se à natureza mutável da guerra, onde a guerra de informação, a guerra cibernética, as operações psicológicas e o lawfare estão a tornar-se cada vez mais importantes.

A influência psicológica sobre o inimigo provou ser mais eficaz do que ataques físicos ou perdas no campo de batalha. O objetivo dos ataques informativos é moldar as opiniões, crenças, percepções e comportamentos do público-alvo. Através da informação e da desinformação, o objetivo é modificar o estado psicológico das pessoas e, assim, influenciar o resultado dos conflitos.

Segundo a Agência Brasileira (2019), em 2019, a Câmara dos Deputados e o Senado realizaram uma pesquisa para entender como os brasileiros recebem informações. Foi revelado que 79% dos brasileiros usam o whatsapp como fonte de informação. O número de pessoas que consultam os principais portais de notícias para verificar a veracidade das informações é inferior a metade (38%). Os canais de TV são consultados por apenas 50% da população, 44% dos brasileiros usam o facebook como fonte de informação, muito à frente dos portais de notícias, que têm apenas 38%, Instagram tem 30%, rádio 22%, jornais impressos 8% e X 7%, fechando os meios relevantes.

Entendendo que o objetivo das redes sociais é manter toda a atenção do usuário em sua plataforma, os algoritmos de apresentação de conteúdo retroalimentam o indivíduo com informações relevantes que o agradam. Isso cria uma bolha de informação que distorce realidades e isola cada vez mais os indivíduos do pensamento crítico, reunindo pessoas que pensam da mesma forma e ratificando comportamentos. Este é o cenário perfeito para criar uma estratégia de guerra cognitiva eficaz, que pode ser usada para obter vantagens comerciais, políticas ou de engajamento social (Chen, Chen e Xia, 2022).

Pesquisadores chineses definem esse comportamento como "armamentização das redes sociais", um fenômeno no qual as plataformas digitais são usadas estrategicamente para influenciar, manipular e até mesmo direcionar a opinião pública. Este uso militarizado das redes sociais transforma-as em poderosas ferramentas para fins políticos, tornando a informação não apenas uma forma de comunicação, mas também um instrumento de controlo e influência num ambiente de guerra cognitiva.

6 A GUERRA COGNITIVA COMO ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA

A guerra cognitiva surge como uma estratégia geopolítica de longo prazo que visa influenciar a esfera política e gerar impactos duradouros na sociedade. Esta estratégia, que difere das operações

psicológicas na medida em que não se centra necessariamente na qualidade da informação, procura primordialmente o resultado desejado, independentemente da veracidade da informação utilizada. Nesse sentido, a guerra cognitiva pode envolver vazamentos de documentos e debates acalorados nas redes sociais, provocando reflexões sobre a capacidade cognitiva individual em meio à sobrecarga de informação contemporânea (Reis, 2019).

Um dos objetivos centrais da Guerra Cognitiva é minar a confiança do público em várias instituições e processos que são fundamentais para a democracia e o funcionamento da sociedade. Isso inclui a confiança nos processos eleitorais, nas instituições governamentais, nos políticos e nas forças aliadas. A busca de desestabilizar governos por meio de informações parcialmente verdadeiras, promovendo a discórdia e celebrando o ódio entre as classes é uma característica marcante dessa estratégia (Silva, 2021).

Segundo Martins (2020), as garantias legais, ao protegerem os direitos fundamentais dos cidadãos, podem ser vistas como um benefício para as organizações criminosas, levantando questionamentos sobre a credibilidade dos operadores de segurança pública e causando desânimo generalizado. Este cenário pode ser usado como um componente da guerra cognitiva para desestabilizar a ordem pública e questionar a eficácia das instituições de segurança.

Outro componente crucial neste cenário é a "Espiral do Silêncio", conceito proposto por Elisabeth Noelle-Neumann na década de 1960. Este termo refere-se ao processo pelo qual o comportamento das pessoas gera uma escalada progressiva em direção ao silêncio, especialmente em ambientes polarizados, como as eleições. Nesse contexto, as redes sociais aumentam a prevalência da retórica extremista e agressiva, que rejeita o diálogo e o ódio das semeias, sufocando vozes dissidentes e promovendo um silenciamento progressivo de outras perspetivas (Noelle-Neumann, 1974).

Diante desse cenário, é fundamental desenvolver estratégias e políticas públicas que visem fortalecer a resiliência da sociedade frente a essas táticas de guerra cognitiva, garantindo a preservação dos valores democráticos e a confiança em instituições fundamentais para o funcionamento da sociedade.

7 DESAFIOS E INICIATIVAS CONTRA A GUERRA COGNITIVA

As redes sociais desempenham atualmente um papel central na condução de operações de guerra cognitiva, sendo utilizadas como instrumentos estratégicos para moldar a opinião pública de acordo com interesses específicos, sejam eles de natureza política ou económica. Através da disseminação generalizada de informações e narrativas, essas plataformas possibilitam a manipulação do discurso público e a formação de percepções que favorecem determinados grupos ou ideologias.

Neste contexto, várias iniciativas têm sido implementadas globalmente com o objetivo de reduzir os impactos negativos da desinformação e da publicidade direcionada. Estas ações procuram reforçar a veracidade da informação e promover um ambiente digital mais equilibrado, mitigando os riscos associados à manipulação cognitiva em larga escala.

Tabela 2 - Desafios contra a guerra cognitiva nas redes sociais.

Desinformação e Fake News	As plataformas de mídia social servem como palcos para a disseminação de informações falsas ou enganosas, que podem ser usadas como armas na guerra cognitiva.
Manipulação de algoritmos	A manipulação de algoritmos para promover certas narrativas ou suprimir outras é uma tática comum em operações de guerra cognitiva.
Ciberataques	As plataformas de redes sociais são alvo de ciberataques que visam comprometer a integridade da informação e influenciar a opinião pública.
Polarização e extremismo	A guerra cognitiva pode explorar e amplificar divisões sociais, fomentando a polarização e o extremismo.
Desafios éticos e legais	A luta contra a guerra cognitiva nas redes sociais levanta questões éticas e legais relacionadas com a privacidade, a liberdade de expressão e a regulação de conteúdos.

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3 - Iniciativas Contra a Guerra Cognitiva nas Redes Sociais.

Educação e literacia mediática	Promover a educação digital e a literacia mediática para que os utilizadores possam identificar e resistir à desinformação.
Verificação de factos e verificação de informações	Implementar e reforçar mecanismos de verificação de factos para combater a propagação de notícias falsas.
Transparência e Regulação de Algoritmos	Exigir transparência e regulação dos algoritmos das redes sociais para evitar manipulações que favoreçam determinadas narrativas.
Cooperação internacional	Estabelecer cooperação entre países, organizações internacionais, empresas de tecnologia e sociedade civil para combater a guerra cognitiva nas redes sociais.
Melhorar a cibersegurança	Invista em cibersegurança para proteger as redes sociais de ataques que visem comprometer a integridade da informação.

Fonte: Elaboração própria.

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Declaração sobre Liberdade de Expressão, Fake News, Desinformação e Publicidade, como um esforço para estabelecer diretrizes que orientem as ações dos diferentes atores sociais no combate à desinformação (OSCE, 2017). O documento é enfático no incentivo à cooperação entre intermediários, meios de comunicação, sociedade civil e academia na busca de estratégias eficazes para combater as notícias falsas e a publicidade enganosa.

De acordo com a Declaração, é imperativo que os Estados não usem práticas restritivas ou de controle sobre as tecnologias digitais, como bloquear, filtrar, obstruir e fechar espaços digitais, ou exerçam pressão sobre terceiros para implementar medidas restritivas de conteúdo. Além disso, estabelece que os intervenientes estatais devem abster-se de patrocinar, encorajar ou divulgar informações que saibam, ou devam razoavelmente saber, ser falsas (desinformação) ou que demonstrem um desrespeito imprudente por informações verificáveis (publicidade).

A Declaração sublinha igualmente a importância de as restrições à liberdade de expressão sob a justificação da proteção da segurança nacional - como a luta contra o terrorismo, o extremismo e o incitamento ao ódio - serem sujeitas a supervisão judicial e redigidas de forma clara e restrita. Além disso, insta os meios de comunicação social e as plataformas em linha, referidos como «poderosos atores corporativos», a adotarem práticas que respeitem os direitos humanos, implementem códigos de verificação de factos, estabeleçam sistemas de autorregulação e forneçam ferramentas que permitam a identificação dos criadores de conteúdos, sem exercerem influência indevida sobre o trabalho jornalístico (OSCE, 2017).

De acordo com a OSCE (2017), assim, a Declaração sobre Liberdade de Expressão, Fake News, Desinformação e Publicidade é um documento fundamental para orientar as ações dos diferentes atores sociais na busca de estratégias efetivas de combate à desinformação e à publicidade, contribuindo assim para salvaguardar a integridade do espaço público digital e, consequentemente, para preservar a democracia e os valores fundamentais da sociedade.

Outros caminhos também estão sendo tomados. Para combater o que está acontecendo no novo campo de batalha, o mundo democrático estabeleceu acordos entre tribunais, como o entre o Tribunal Superior Eleitoral e as plataformas de mídia social. Sabendo que os ambientes das redes sociais são propícios ao fomento de diferentes táticas de engano, desinformação, publicidade, ameaças a opositores, mobilização de apoiadores e coordenação de ações, tais acordos são guias para combater atividades hostis nas redes sociais e no ambiente de informação. Seus atores não observam as mesmas regras e valores democráticos (Tribunal, 2022).

Uma forma vital de minimizar as operações psicológicas é sensibilizar os cidadãos e as autoridades para estas atividades. (2021), propõem quatro soluções para o problema: algorítmica, corretiva, legislativa e psicológica. Os algoritmos geradores de notícias para usuários de redes sociais como Facebook, Instagram e X devem ser capazes de identificar rapidamente notícias falsas e removê-las de circulação. Na solução corretiva, as informações devem ser rapidamente corrigidas e chegar rapidamente aos destinatários finais. Na solução legislativa, as leis têm de ser alteradas. Finalmente, na solução psicológica, propõe-se a chamada inoculação psicológica. Esta solução está associada à

criação de mecanismos de vacinação, desenvolvendo mecanismos nas pessoas para desenvolver um sentido crítico avesso a notícias falsas. Seria uma vacina contra a lavagem cerebral.

A inoculação pode ser entendida como uma solução dividida em dois componentes principais (Linden et al., 2021). A primeira consiste em um aviso aos destinatários da mensagem de que informações falsas chegarão. Diz-se que esta é a base afetiva do mecanismo, pois as pessoas não gostam de ser enganadas e estão atentas a essa possibilidade. A segunda consiste na preempção refutacional (prebunking). Diz-se que esta é a base cognitiva do mecanismo, pois quando exposta antecipadamente a argumentos que refutam a ameaça, a pessoa tem uma maior capacidade cognitiva para entender se a ameaça se revela como informação falsa ou verdadeira mais facilmente.

8 CONCLUSÃO

O artigo destaca a crescente relevância das redes sociais digitais na sociedade atual, não apenas como ferramentas de interação, mas como espaços essenciais para a produção e disseminação de informação. Tais plataformas tornaram-se campos estratégicos para o desenvolvimento de novas formas de conflito, como a guerra cognitiva, a guerra híbrida e a guerra narrativa, que exploram, de forma cada vez mais sofisticada, aspectos psicológicos, comunicacionais e tecnológicos para moldar a percepção pública e manipular comportamentos. Este cenário apresenta riscos significativos para a democracia, a privacidade e a segurança no espaço digital e constitui uma ameaça potencial ao funcionamento livre e justo da sociedade.

A pesquisa também enfatiza a urgência de uma abordagem abrangente para enfrentar esses desafios. Para isso, a colaboração entre diferentes setores, incluindo governos, empresas de tecnologia, sociedade civil e academia, é essencial na construção de soluções que ajudem a mitigar os impactos negativos desta guerra invisível nas redes sociais. A implementação de estratégias de verificação de factos, a regulação de algoritmos e o reforço da cibersegurança são ações fundamentais que têm de ser adotadas de forma coordenada. Além disso, a educação digital deve ser uma prioridade, permitindo que os indivíduos discernam informações falsas ou manipuladas, criando uma sociedade mais crítica e menos vulnerável a essas formas de manipulação.

Nesse contexto, as ações de organizações globais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), são essenciais para promover diretrizes e políticas públicas que combatam a desinformação e busquem fortalecer a resiliência da sociedade diante das táticas de guerra cognitiva. A ONU, juntamente com outros atores internacionais, tem a responsabilidade de orientar os países na construção de um ambiente digital mais seguro, transparente e ético. A reeducação social digital torna-se, assim, um elemento essencial na criação de uma sociedade mais consciente das suas interações

online, garantindo que as plataformas digitais são utilizadas para o bem comum e não como instrumentos de manipulação e desinformação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL**. WhatsApp é principal fonte de informação do brasileiro. **Agência Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/whatsapp-e-principal-fonte-de-informacao-do-brasileiro-diz-pesquisa>>. Acesso em: 2 nov. 2024.

CHEN, L.; CHEN, J.; XIA, C.** Comportamento nas redes sociais e manipulação da opinião pública. **Revista de Segurança da Informação e Aplicações** , v. 64, p. 1-15, fev. 2022. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2214212621002441>>. Acesso em: 20 out. 2024.

CLAVERIE, B.; DU CLUZEL, F.** Guerra cognitiva: o advento do conceito de cognição no campo da guerra. **Gabinete de Apoio à Colaboração da NATO** , 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/359991886_Cognitive_Warfare_The_Advent_of_the_Concept_of_Cognitics_in_the_Field_of_Warfare>. Acesso em: 15 out. 2024.

FERREIRA, V. M. S.** Lógica fuzzy aplicada a análise comportamental e conhecimento da guerra cognitiva em redes sociais: um modelo de extração e mineração de dados. 2024. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2024.

HANGUI, C.** Inteligência artificial: mudar disruptivamente as regras do jogo. **China Militar Online** , 2016. Disponível em: <http://www.81.cn/jskj/2016-03/18/content_6966873_2.htm>. Acesso em: 12 out. 2024.

AVALIAÇÃO DA COMUNIDADE DE INTELIGÊNCIA (ICA)**. Avaliação das atividades e intenções russas nas recentes eleições norte-americanas. 2017. Disponível em: <https://www.dni.gov/files/documents/ICA_2017_01.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2024.

JOCHHEIM, EUA. Relações China-Rússia: um salto quântico? **Serviço de Estudos do Parlamento Europeu** , maio 2022. Disponível em: <[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/729349/EPRI_BRI\(2022\)729349_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/729349/EPRI_BRI(2022)729349_EN.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2025.

LINDEN, S. V. D. et al.** Como a ciência psicológica pode ajudar a combater a disseminação de notícias falsas? **Revista Espanhola de Psicologia** , v. 24, n. e25, 2021.

MARTINS, L.** Segurança pública e organizações criminosas: uma análise do garantismo jurídico no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública** , v. 14, n. 3, p. 12-28, 2020.

COLÉGIO DE DEFESA DA NATO (NATO)**. Estratégia de Segurança Nacional atualizada da Rússia. Disponível em: <<https://www.ndc.nato.int/research/research.php?icode=704>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

NOELLE-NEUMANN, E.** A espiral do silêncio: uma teoria da opinião pública. **Revista de Comunicação** , v. 24, n. 2, p. 43-51, 1974.

ORGANIZAÇÃO PARA A SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA (OSCE)**. Declaração conjunta sobre a independência e a diversidade dos meios de comunicação social na era digital.

UNHR, 2017. Disponível em: <<https://www.osce.org/files/f/documents/1/e/379351.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2024.

RAIS, D.** Desinformação no contexto democrático. In: ABOUD, Georges; JR, Nelson Nery; RICARDO, Campos (org.). **Fake news e regulação**. São Paulo: [Editora não informada], 2018. p. 147-166.

REIS, J.** A guerra cognitiva e a desinformação no mundo contemporâneo. **Revista de Estudos Políticos**, v. 12, n. 1, p. 234-249, 2019.

SILVA, A. Desestabilização governamental e guerra cognitiva: uma análise da influência das fake news na política. In: **Congresso Internacional de Ciência Política**, 2021, Anais... [Local não informado]: [Editora não informada], 2021.

XINHUA, W. Inovação científica e tecnológica, um poderoso motor para militares de classe mundial. 2017. Disponível em: <http://www.gov.cn/xin-wen/2017-09/15/content_5225216.htm>. Acesso em: 10 mar. 2025.